

PODER

Com a lei nos calcanhares

Ex-exponentes e eminências pardas do bolsonarismo estão às voltas com citações em processos, investigações, ações judiciais e prisões

» LUANA PATRIOLINO

Em pouco mais de cinco meses, antigos expoentes do bolsonarismo e eminências pardas do governo anterior passaram de pedra a vidraça e, hoje, estão arrolados em processos judiciais ou estão sendo investigados. Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**, essa situação deve, em algum momento, respingar no ex-presidente — cujo efeito menos grave seria a perda dos direitos políticos.

Além de inquéritos que correm nos tribunais superiores — como, por exemplo, a investigação das joias sauditas e o suposto envolvimento intelectual em atos golpistas —, Bolsonaro entrou na mira da Polícia Federal (PF) com a Operação Venire, que apura um esquema de inserção de dados falsos, no sistema do Ministério da Saúde, sobre a vacinação do ex-presidente contra a covid-19.

Na fraude dos cartões de imunização, o ex-ajudante de ordens do então presidente, tenente-coronel Mauro Cid — preso desde a última semana — é peça-chave. Segundo as investigações, teriam sido falsificados os certificados de

vacinação de Bolsonaro e da filha caçula, hoje com 12 anos. O militar também teria obtido o documento irregularmente para si, a mulher e as filhas.

Cid também é investigado no inquérito que apura a propagação de notícias falsas por Bolsonaro. Em uma live realizada em outubro do ano passado, o ex-presidente relacionou a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) à vacina contra a covid-19. O tenente-coronel ajudou a produzir o material divulgado pelo então presidente e, por isso, também foi incluído no inquérito da PF.

Em outra polêmica, o militar auxiliou Bolsonaro a realizar o PowerPoint apresentado durante reunião com os embaixadores, no Palácio da Alvorada, no ano passado, na qual o ex-presidente atacou o processo eleitoral brasileiro. Cid ainda é alvo de uma investigação, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), por vazamento de dados sigilosos de um inquérito sobre ameaças às urnas eletrônicas.

O tenente-coronel trouxe à tona outra figura próxima de Bolsonaro: o major reformado do

Exército Ailton Barros — também preso na Operação Venire. Era chamado pelo ex-presidente “Irmão 02”. Em mensagens interceptadas pela PF, ele diz saber quem foi o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, e também combina com Cid planos para um golpe de Estado.

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres é mais um nome ligado a Bolsonaro que está preso. Ele é suspeito de omissão na tentativa de golpe de 8 de janeiro — que culminou na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes. À época, era responsável pela segurança pública do Distrito Federal. A PF encontrou na casa dele uma minuta que detalhava uma manobra para anular o resultado da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

Derrotas em série

Os últimos dias foram de expressivas derrotas para o bolsonarismo. Filho do ex-presidente, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) está cada vez mais perto

de responder criminalmente pela prática de “rachadinha” em seu gabinete na Câmara Municipal. O Ministério Público do Rio de Janeiro obteve um laudo que traz 688 depósitos bancários, feitos por seis funcionários nomeados pelo parlamentar, na conta de Jorge Fernandes, seu chefe de gabinete.

Ainda em família, Michelle Bolsonaro é citada no escândalo das joias de R\$ 16 milhões. Ela disse que desconhecia o conjunto da marca de luxo Chopard apreendido pela Receita Federal, em Guarulhos (SP), mas admitiu ter recebido um segundo conjunto que os sauditas retemeram para o ex-presidente. Assessor dos Bolsonaros, Fabio Wajngarten disse que a ex-primeira-dama chegou a deixar na cozinha do Palácio da Alvorada, por três dias, o valioso estojo — que incluía um relógio masculino e uma caneta.

Na última quinta-feira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou o empresário Luciano Hang, apoiador de primeira hora de Bolsonaro, inelegível até 2028 por abuso de poder econômico durante as eleições municipais de 2020. A Justiça entendeu

que ele fez campanha ostensiva em favor da eleição de Ari Vequi (MDB) para prefeito de Brusque (SC), também condenado.

Outro ex-exponente bolsonarista, o ex-deputado Daniel Silveira, de trás das grades soube que o STF ainda formou maioria para manter a nulidade do indulto concedido pelo ex-presidente. O ex-parlamentar foi condenado pela Corte a oito anos e nove meses de prisão por estimular atos antidemocráticos e ameaçar os ministros da Corte.

O blogueiro Allan dos Santos, investigado por milícias digitais e atos antidemocráticos e contumaz provador do ministro Alexandre de Moraes, também deve ser cercado pela polícia. Em março, o governo norte-americano enviou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública um pedido formal para que o Brasil envie os documentos finais sobre a extradição do bolsonarista, que está foragido nos Estados Unidos.

Tem ainda Roberto Jefferson, apoiador do presidente que está preso no complexo penitenciário de Bangu 8 acusado de tentativa de triplo homicídio — dias antes do segundo turno da eleição

presidencial do ano passado, ele reagiu a bala ao cumprimento de um mandado de prisão expedido por Alexandre de Moraes. O então cacique do PTB atirou e jogou em três agentes da PF, que foram cumprir a ordem judicial, um artefato explosivo.

Segundo o professor Paulo Calmon, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Bolsonaro “está colhendo o que plantou: questionamento dos tribunais e desvalorização do capital político. Terá que enfrentar diversos processos, em diferentes Cortes, além de uma grande quantidade de notícias ruins que poderão prejudicar ainda mais seu prestígio, sua energia e seu patrimônio”.

O cientista político Leandro Gabiati avalia que “Bolsonaro optou por confrontar o Supremo, especificamente alguns ministros e, hoje, ele está pagando as consequências. Não estamos entrando no mérito das críticas que Bolsonaro fez ao STF, nem das ações que o Alexandre de Moraes está tomando, ou sobre quem está certo ou errado. Essa é apenas uma dinâmica política”.

Diante da Justiça

Reprodução/Redes sociais



TENENTE-CORONEL MAURO CID
Investigado por dados falsos, fake news e vazamento de dados sigilosos
Vínculo: ex-ajudante de ordens
Situação: preso

Ed Alves/CB/D.A.Pres



ANDERSON TORRES
Investigado por omissão nos atos golpistas
Vínculo: ex-ministro de Bolsonaro
Situação: preso

Renan Olaz/CMRJ



CARLOS BOLSONARO
Investigado por rachadinhas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Vínculo: filho “02” de Bolsonaro
Situação: em liberdade

Minervino Júnior/CB/D.A.Pres



JAIR RENAN BOLSONARO
Investigado por tráfico de influência
Vínculo: filho “04” de Bolsonaro
Situação: em liberdade

Reprodução Instagram pessoal



AILTON BARROS
Articulador da fraude no cartão de vacinação de Bolsonaro
Vínculo: apoiador de Bolsonaro
Situação: preso

Leopoldo Silva/Agência Senado



LUCIANO HANG
Condenado por abuso de poder econômico. Esta inelegível até 2028
Vínculo: apoiador de Bolsonaro
Situação: em liberdade

Reprodução/Redes sociais



DANIEL SILVEIRA
Condenado por estimular atos antidemocráticos
Vínculo: aliado de Bolsonaro
Situação: preso

Reprodução/Redes Sociais



ROBERTO JEFFERSON
Réu por tentativa de homicídio
Vínculo: aliado de Bolsonaro
Situação: preso

Reprodução/Redes sociais



ALLAN DOS SANTOS
Fake news e milícias digitais. Está foragido
Vínculo: aliado de Bolsonaro
Situação: em liberdade

Reprodução/Redes sociais



LEO ÍNDIO
Investigado por atos golpistas e rachadinhas no Rio de Janeiro
Vínculo: sobrinho de Bolsonaro
Situação: em liberdade

Mais 250 réus no Supremo

» RENATO SOUZA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para abrir ação penal contra 250 pessoas acusadas de participação em atos golpistas, em 8 de janeiro. O julgamento ocorre no Plenário virtual. As denúncias foram apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que pede condenação por diversos crimes. Com esse resultado, chega a 550 o número de réus.

Até o momento, os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Rosa Weber e Gilmar Mendes votaram pela aceitação das denúncias. O único ministro a divergir foi André Mendonça, que entendeu que os processos não estão individualizados e que não

existem provas suficientes do envolvimento das pessoas que estão sendo tornadas réus.

Para o relator do caso, Alexandre de Moraes, os atos cometidos foram graves, com depredação das sedes dos Três Poderes e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. Os ministros Nunes Marques, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso ainda não votaram e têm até às 23h59 da noite de hoje para protocolar a decisão.

Já foram oferecidas, até agora, 1.391 denúncias pela PGR contra os suspeitos de envolvimento nas invasões e depredações. Todos respondem pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e dano qualificado. Além disso, também estão

sendo responsabilizados pelo crime de deterioração de patrimônio tombado.

Em relação aos que já foram liberados da prisão preventiva, o Supremo impôs a obrigação do cumprimento de medidas cautelares — como a proibição de se ausentar da localidade em que mora e a obrigação de ficar em casa durante a noite, assim como uso de tornozeleira eletrônica.

Os que responderão em liberdade também ficam proibidos de sair do país, usar redes sociais ou manter contato com outros investigados. Além disso, precisam comparecer semanalmente ao juízo e têm porte ou posse de armas suspensas. Quem descumprir as medidas cautelares pode ser obrigado a retornar ao regime fechado para cumprir prisão preventiva.

Carlos Alves Moura/STF



Supremo vandalizado em 8 de janeiro. Corte formou maioria para novas ações penais pela tentativa de golpe